



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS - CFOT

Parecer n.º 32 de 20 de Outubro de 2022. (NOVO REGIMENTO)

Projeto de Lei Complementar n.º 9/2022 de 15 de Agosto de 2022.

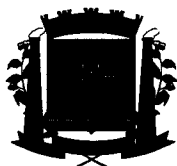
Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, “Dispõe sobre a adequação do Município de Ubá as disposições da Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, que “acrescenta §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias”.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 42 do Regimento Interno que relata:

“Art. 42. Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- I - plano plurianual de investimentos;*
- II - diretrizes orçamentárias;*
- III - orçamento anual;*
- IV - crédito adicional;*
- V - contas públicas;*
- VI - prestação de Contas;*
- VII - planos e programas municipais;*
- VIII - acompanhamento dos custos das obras e serviços;*
- IX - fiscalização de investimentos*
- X - tributos em geral;*
- XI - repercussão financeira das proposições;*
- XII - matérias relativas a fiscalização no controle dos atos da administração pública municipal, bem como o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das*



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

unidades administrativas da Prefeitura e da Administração indireta;

XIII - patrimônio público municipal;

XIV - alienação de bens públicos”.

Fundamentação

Conforme dito na mensagem nº 67, anexa ao Projeto de Lei Complementar nº 9/2022, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 120 que acrescenta os §§ 7º ao 11 ao art. 198 da Constituição da República. Entre as mudanças implantadas estão:

- *Determinar que o vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias sejam pagos pela União;*
- *Que outras parcelas remuneratórias, tais como vantagens, incentivos, auxílios e gratificações possam ser criadas e pagas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;*
- *Determinar que os valores para pagamento do vencimento sejam consignados no orçamento da União com dotação própria e específica;*
- *Fixar o valor mínimo de vencimento desses profissionais em dois salários mínimos;*
- *Prever o direito ao recebimento de adicional de insalubridade e à concessão de aposentadoria especial;*
- *Determinar que os valores da remuneração desses agentes não sejam incluídos no cálculo para fins de limite de despesa com pessoal.*

Este relator chama a atenção também para o fato de que este Projeto de Lei Complementar nº 9/2022 estará **atendendo integralmente** às disposições na EC 120 em relação aos servidores que exercem as atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias, respeitando as particularidades da estrutura administrativa de Prefeitura Municipal de Ubá.

Por conta exatamente destas “particularidades”, será criado um adicional a ser concedido aos servidores EFETIVOS que estiverem exercendo as atividades mencionadas, com garantia legal expressa de que tal acréscimo seja considerado **TAMBÉM** para o cálculo de outros benefícios, tais como quinquênio, trintenário, terço constitucional de férias, horas-extras, 13º salário, gratificação de função gratificada, etc.

Este relator cita, ainda, o que está escrito na mensagem nº 67 anexa ao Projeto de Lei Complementar nº 09/2022: “Não haverá, por parte dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias qualquer perda pecuniária ou de direitos reflexos, inclusive para fins previdenciários, eis que os valores majorados com o adicional serão considerados, também, como base do cálculo da contribuição previdenciária e o direito à aposentadoria especial já está assegurado pela EC 120, de aplicabilidade imediata (...)”.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Dito isto, é mencionado ainda na mensagem nº 67 que este benefício está sendo concedido de forma isonômica a todos os servidores que exercem a atividade de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, **MANTENDO O MESMO ÍNDICE DE BENEFÍCIO AUFERIDO NO ENQUADRAMENTO INICIAL COM A EQUIPARAÇÃO A DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS.** Por fim, lembra-se que este benefício será retroativo à publicação da EC 120, ou seja, em 06 de Maio.

A vereadora Aline Moreira Silva Melo apresentou duas emendas, a nº3 e a nº6, buscando tornar o referido Projeto de Lei Complementar nº9/2022 ainda melhor. A emenda nº3 busca acrescentar artigo após o Art. 4º do Projeto de Lei Complementar nº 09/2022, ficando assim:

“Art. 5º O remanejamento do servidor efetivo da atividade de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias, que lhe acarrete a perda do adicional criado por esta lei, após transcorridos pelo menos 180 (cento e oitenta) dias na atividade, ocorrerá apenas nas seguintes hipóteses:

*I – perda ou aquiescência do servidor;
II – para atender recomendação médica;
III – por desídia no desempenho das atividades ou outra falta administrativa, mediante apuração em processo administrativo que garanta ao servidor ampla defesa;”*

Já a emenda nº6 menciona o acréscimo de dois parágrafos no art. 2º, ficando assim: §

“Art. 2º (...)

§6º A base de referência para o enquadramento da atividade de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias será o registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, incluindo-se para fins do adicional também os ocupantes de função pública de Agente Comunitário.

§7º O adicional de insalubridade será pago



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

nos termos da Emenda Constitucional nº 120"

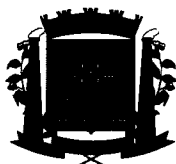
Na Justificação do porque do envio deste Projeto de Lei Complementar nº 09/2022, destaca-se a precariedade da prestação do serviço de atenção básica à saúde, principalmente em comunidades mais carentes e mais isoladas, e ressalta-se a importância de se manter os agentes comunitários em seus postos de trabalho, com o recebimento de remuneração justa e condigna com a importância vital de suas tarefas.

Ainda na Justificação, é informado que os gastos com os profissionais de atendimento primário de saúde propiciam economia aos cofres públicos, pois geram o efeito de reduzir gastos no tratamento de doenças. O objetivo da Emenda Constitucional é, portanto, promover alterações necessárias ao pleno atendimento dos interesses manifestados por ambas as categorias profissionais, preparadas que estão para orientar as famílias a cuidarem de sua própria saúde e envolvidas na prevenção de doenças e promoção da saúde, cuja redação visa a garantir o correto emprego dos recursos destinados à área de saúde, sem que haja qualquer desvirtuamento.

Este relator, buscando contextualizar a situação destes profissionais, lembra que, atualmente, temos cerca de quatrocentos mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias no Brasil. Esses profissionais têm a nobre tarefa de orientar as famílias a cuidar de sua própria saúde e, por consequência, contribuem para a preservação da saúde de toda a coletividade. É por meio desses agentes que a população mais carente recebe orientações sobre comportamentos adequados à preservação da saúde, bem como informações sobre riscos de doenças e epidemias. É inimaginável pensar na efetivação de políticas públicas de saúde sem a participação desses profissionais. Eles, de fato, são essenciais à saúde do Brasil!

Acontece que esses agentes não recebiam remuneração compatível com a importância de suas atividades para a nossa sociedade. O Brasil, após 30 (trinta) anos da criação do programa, ainda não conferia o tratamento que esses profissionais mereciam. Desta forma e para amenizar essa incongruência, a EC120, de 2022, consagra algumas garantias remuneratórias aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias e **transfere para a União a responsabilidade pelo pagamento do vencimento desses profissionais, cabendo aos demais entes subnacionais pagar outras vantagens, incentivos, auxílios, gratificações ou indenizações.**

Este relator entrou em contato com a Prefeitura Municipal de Ubá afim de que a mesma enviasse o impacto orçamentário destas alterações propostas no Projeto de Lei Complementar nº9/2022 para os próximos anos. Seguem os cálculos:



Câmara Municipal de Ubá

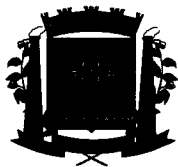
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
MINAS GERAIS

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	VALORES ESTIMADOS PREVISTOS DE QUEDA ARRECADAÇÃO ÚLTIMOS 3 ANOS		
	2022	2023	2024
Reajuste dos agentes de endemias e comunitários de saúde (celetistas, estatutários)	3.285.053,82	3.515.007,59	3.761.058,12
PREMISSAS: Considerando o projeto de lei nº 018/2022 que reajusta o salário da classe em benefício da categoria dos agentes de endemias e comunitários. Considerando a obrigatoriedade do referido reajuste aplicado a classe beneficiada. Considerando o levantamento através de planilha pela setor de Rh do Município com os respectivos valores das diferenças em que levou em consideração para a memória do cálculo para os valores previstos no exercício de 2022 apartir do mês de maio/2022 até dezembro/2022 incluindo 13ºsalário e os anos seguintes estimados de 7% pela ipca estimado.			
ANÁLISE DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO: Como forma de atender ao projeto de lei a classe beneficiada dos agentes de endemias e comunitário, o Município vêm apresentar o projeto de lei ao Legislativo conforme as planilhas de memórias de cálculo apresentada pelo setor de pessoal, demonstrando o reajuste e diferenças apuradas sobre os referidos cargos da categoria correspondente e demonstrando abaixo como ficará os índices de pessoal de acordo com a Lei de responsabilidade Fiscal Índice apresentado no Relatório de Gestão Fiscal até o 1º quadrimestre/2022 TCE= 44,32%, com o reajuste o índice irá para 45,10% projeção para o final do exercício de 2022, considerando que o limite prudencial é de 48,60% o executivo ainda estará cumprindo o primeiro limite de gastos com pessoal perante ao TCEMG, como determina LC 101/00 nos seus artigos 18 e 19.			
ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO			
Ubá-MG, 05 de Setembro de 2022. CÍCERO MATEUS DE OLIVEIRA SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA		MARCELO CORREA PAIVA:6747461-6653 <small>Digitally signed by MARCELO CORREA PAIVA:6747461-6653 Date: 2022.09.06 09:33:34 -01'00'</small> MARCELO CORREA PAIVA CONTROLADOR	



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ ESTADO DE MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Nos termos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a compatibilidade da nova despesa com os instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA.

1 – Objeto do reajuste e valores previstos

O REAJUSTE DOS AGENTES DE ENDEMIAS E COMUNITÁRIOS, terão os seguintes valores previstos: R\$ 3.285.053,82 para 2022 – R\$ 3.515.007,59 para 2023- R\$ 3.761.058,12 para 2024

2 – Adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual

O O REAJUSTE DOS AGENTES DE ENDEMIAS E COMUNITÁRIOS por meio de créditos orçamentários específicos e suficientes, os quais se encontram em diversos programas de trabalho que absorverão todas as despesas decorrentes do orçamento vigente

3 – Compatibilidade com o plano plurianual

O REAJUSTE DOS AGENTES DE ENDEMIAS E COMUNITÁRIOS, tem compatibilidade com as diretrizes, objetivos, programas e ações previstos no plano plurianual.

4 – Compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias

Limite de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado:

O O REAJUSTE DOS AGENTES DE ENDEMIAS E COMUNITÁRIOS está dentro da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado que foi estabelecida no Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que é parte integrante do Anexo de Metas Fiscais.

Metas de Resultado Primário e Nominal da LDO:

O O REAJUSTE DOS AGENTES DE ENDEMIAS E COMUNITÁRIOS, comprometerá o resultado previsto para as metas de resultado primário e nominal, haja visto que terá impacto nas receitas corrente líquidas do Município, como também no cômputo dos gastos de pessoal, conforme determina o artigo 19 da LC 101/00. Tendo em vista o Município de Ubá através de sua cobrança efetiva dos tributos de sua receita própria tentará minimizar o impacto,.

5 – Declaração do Ordenador da Despesa

Faz-se as regularidades acima demonstradas, autorizo a contratação da referida despesa:

Ubá/MG, 05 de Setembro de 2022


Edson Teixeira Filho
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 9/2022.

Ubá, 20 de Outubro de 2022

EDEIR PACHECO DA COSTA
RELATOR

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



Aprovado



Rejeitado

Por: Todos

Em: 20 / 10 / 22

Vereador Gilson Fazolla Filgueiras
Presidente da COFT